

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A ORGANIZAÇÃO DAS ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Débora Araújo Leal; Janete Moura Teixeira; Verônica Alves dos Santos Conceição.

Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão. delleal8@hotmail.com; Centro de Educação Básica da Universidade Estadual de Feira de Santana. jannyfleur100@hotmail.com; Universidade Estadual de Feira de Santana. veronica.alves604@gmail.com.

Resumo: Este artigo é resultado de uma revisão de literatura que buscou compreender a importância da formação do professor no processo de organização das adaptações curriculares da escola que se pretende inclusiva no contexto da educação brasileira. Para tanto, buscou-se as orientações do Ministério da Educação e Cultura e as Diretrizes Curriculares com um recorte na adaptação curricular com vista ao atendimento de uma clientela que apresenta Necessidades Educacionais Especiais. Nesse processo destacou-se a importância de redefinir o papel do professor para a efetiva organização das adaptações curriculares. Com o intuito de subsidiar a discussão ora almejada foi utilizada uma pesquisa com base na análise dos principais documentos norteadores dessa proposta, concomitantemente, a uma revisão bibliográfica necessária ao fomento do conhecimento sobre a educação inclusiva. Nas conclusões evidencia-se que o professor com uma postura consciente, ou seja, autônoma, deve abandonar práticas bancárias de educação, pensar e agir com uma epistemologia fundamentada no processo de aprendizagem do sujeito, o qual é dinâmico, contínuo, visando significações quanto ao fazer pedagógico com os processos de inclusão em sua formação continuada, objetivando uma educação formadora de cidadãos críticos, reflexivos e autônomos, comprometidos com a sociedade de seu tempo.

Palavras-chave: Currículo, formação, professor, necessidades educacionais especiais.

Introdução

Quando paramos para definirmos o que é formação, identificamos que em sua totalidade significa conjunto de atividades que propõe a aquisição de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes e/ou podemos denominar como conjunto de qualificação acumulada por uma pessoa relativo ao seu papel produtivo na sociedade. A formação pode ser feita de várias formas e tem como objetivo dar a conhecer ou atualizar os conhecimentos do indivíduo acerca de uma temática.

Nesta visão identificamos que as escolas necessitam que os professores estejam muito bem preparados para enfrentar quaisquer tipos de desafios que possam surgir no contexto da sua atividade profissional. A formação docente deve transpor a ideia de transmissão de conhecimento, agindo como formadora de conhecimento. Para isso, é necessário ter em seu ciclo professores capacitados com cursos de formação profissional.

A intenção do campo escolar é valorizar a imagem do professor nas mais variadas competências, que permitem desenvolver as atitudes acessíveis e os efeitos comportamentais, as competências cognitivas que se situam ao nível do desenvolvimento intelectual e as

competências psicomotoras para o desenvolvimento das capacidades manuais, situadas ao nível do saber-fazer.

Não é nas salas de aula tradicionais que vai conseguir mudar procedimento e, por conseguinte, conhecimentos, competência, habilidades e atitudes, pois é necessário que a aprendizagem efetuada seja posta em exercício, para haver uma completa equivalência entre a teoria e a prática, contribuindo assim para a sedimentação do conhecimento.

Diante da conjuntura atual, percebemos que a formação do professor anda fragilizada, devido à falta de capacitações necessárias para atuação no campo. Ao almejar um resultado satisfatório evidencia a necessidade de uma formação profissional qualificada, para que os professores desenvolvam competência e habilidades necessárias para o atendimento dos indivíduos dessa sociedade que apresenta uma grande heterogeneidade.

Considerando que:

Ser professor não é certamente um produto acabado, um estado final, mas será um permanente torna-se professor, um processo evolutivo, ao longo do qual as experiências vão ganhando mais significado, o que geralmente se faz acompanhar de um maior envolvimento pessoal por parte do professor. (MARTINS, 2008, p.104).

Identifica-se que o processo de formação é contínuo e duradouro, sendo atualizado diariamente com as experiências vividas. Segundo Martins (2008), a premissa básica para se discutir qualquer assunto a respeito da educação é estar consciente de que ela é um fenômeno social. Compreendendo que a educação é um fenômeno social e que o acesso a esta é direito de todos, vamos fazer um recorte dentre os vários segmentos e dirigir a nossa atenção ao ensino da pessoa com Necessidade Educacional Especial (NEE).

E para falar deste assunto tão polêmico e eminente precisamos falar primeiramente de inclusão, e parece até, que incluir está na moda, pois segundo Glat (2006) citada por Ferreira (2003), a proposta mais “moderna” em países dito de primeiro mundo é a da escola inclusiva, e esta discussão, de pelo menos duas décadas, envolve todas as questões sobre diferentes concepções de deficiência e de como atendê-las no espaço escolar.

Uma destas discussões gira em torno do currículo. Mas afinal, o que é currículo? As teorias pós-críticas do currículo apontam que,

O currículo é visto como central na construção do sujeito, precisando, portanto considerar a pluralidade das pessoas com as quais trabalha sem perder de vista as suas necessidades individuais. (PIMENTEL, 2006, p. 49).

A partir esta afirmação, vemos a carência em se discutir sobre adaptação curricular, pois diante de tal “complexidade”: pessoa com NEE – inclusão – escola, é preciso se ter uma

solução que tenha como princípio a responsabilidade de (in) formar pessoas com compromisso e qualidade. Corroborando com isto é que Glat (2006) diz:

Para a efetivação da proposta de inclusão escolar, e favorecer o aprendizado de alunos com necessidades especiais, foi desenvolvido o conceito de “adaptações curriculares”. Estas envolvem tanto as transformações que a escola precisa fazer para garantir a acessibilidade aos alunos, quanto as adaptações pedagógicas ou curriculares, propriamente ditas (GLAT, 2006, p. 38).

Logo, as adaptações curriculares se fazem necessárias e de grande relevância para a práxis pedagógica, pois devido a estas mudanças estruturais, físicas e pedagógicas que irão dá ao professor a flexibilidade suficiente para individualizar o ensino, em resposta às necessidades educacionais de cada estudante.

Segundo Pimentel (2009), caso as adaptações do currículo não sejam feitas, ocorrerá uma inadequação dos procedimentos de ensino que dificultará o processo de aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais especiais. As adaptações curriculares propostas pelo MEC (Ministério da Educação) e a SEESP (Secretaria da Educação Especial) para a educação especial visam promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que apresentam NEE (Necessidades Educacionais Especiais), tendo como referência a elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar. Tais práticas baseiam-se nos seguintes aspectos:

Atitude favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino- aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos; Identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação; Adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizadora de currículos; Flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola para atender à demanda diversificada dos alunos; Possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros não convencionais, para favorecer o processo educacional. (PIMENTEL, 2009, p. 58).

De acordo com tais diretrizes, os critérios de adaptação curricular são indicadores do que os educandos devem aprender, de como e quando aprender, das distintas formas de organização do ensino e de avaliação da aprendizagem com ênfase na necessidade de previsão e provisão de recursos e apoio adequados.

Este apoio pode ser classificado como Intermitente: quando se dá em momentos de crises e em situações específicas de aprendizagem; Limitado: reforço pedagógico para algum conteúdo durante um semestre, desenvolvimento de um programa de psicomotricidade; Extensivo: sala de recursos ou de apoio pedagógico, atendimento itinerante, isto é,

modalidades de atendimento complementar ao da classe regular realizado por professores especializados; Pervasivo: alta intensidade, longa duração ou ao longo da vida para alunos com deficiências múltiplas ou agravantes envolve equipes e muitos ambientes de atendimento.

Os parâmetros curriculares propõem uma diferenciação entre adaptações e acesso ao currículo, cujas proposições se apresentam de forma confusa e reiterativa. Deste modo podemos inferir que as adaptações curriculares são concernentes às alterações de conteúdo, estratégias ou de metodologia e que o acesso ao currículo refere-se a recursos tais como adaptações do espaço físico, materiais, mobiliário, equipamentos e sistemas de comunicação alternativos.

Portanto, o MEC comunga com os PCN ao elencar as adaptações do currículo para as pessoas com NEE, que perpassam pelas esferas organizativas, objetivos, conteúdos e avaliações.

Organizativas: Englobam agrupamentos de alunos, organização didática da aula, disposição de materiais didáticos, mobiliários e tempos flexíveis; Objetivos e conteúdos: definem prioridade de áreas e conteúdos de acordo com critérios de funcionalidade; ênfase nas capacidades, habilidades básicas de atenção, participação e adaptação dos alunos; sequência gradativa de conteúdos do mais simples ao mais complexo; previsão de reforço de aprendizagem como apoio complementar, conteúdos básicos e essenciais em detrimento de conteúdos secundários e menos relevantes; Avaliativas: consistem na seleção de técnicas e instrumentos de acordo com a identificação da NEE dos alunos. (BRASIL, 1999, p. 67).

Faz-se necessários também procedimentos didáticos e atividades de ensino-aprendizagem – que remetem à alteração e seleção de métodos, às atividades complementares, prévias e alternativas, aos recursos de apoio, à alteração dos níveis de complexidade da tarefa, à seleção e adaptação de material, tempos flexíveis no que se refere à duração e ao período das atividades propostas. A ênfase em parcerias com instituições especializadas e a manutenção de estruturas e serviços de apoio paralelos representam um esforço de conciliação entre modelos conceituais conflitantes.

Nesse sentido o que parece ser evitado é o desmantelamento de tais estruturas e o confronto de posições antagônicas que acirram a polêmica acerca da escola inclusiva, deve haver instrumento que a escola possui para adaptar-se às necessidades dos alunos, necessidade de flexibilidade, abertura, autonomia e adequação. Urge a necessidade do compromisso com uma educação não segregadora e em oferecer respostas à complexidade de interesses, problemas e necessidades que acontecem na realidade educacional.

Deste modo, a adequação imprescindível para atender às necessidades e

potencialidades dos estudantes não significa currículo diferenciado, mas flexível o bastante para atender peculiaridades fazendo com que se evite a segregação e a expulsão encoberta, a comunidade escolar tem que promover modificações necessárias nos diversos elementos do currículo básico para adequá-los às necessidades dos alunos com NEE.

Portanto, incluir não significa apenas possibilitar o acesso da pessoa com NEE na escola, mas garantir possibilidades de sucesso no processo de ensino e aprendizagem e isto depende de um currículo adaptado através das adaptações não significativas que são pequenos ajustes na operacionalização das atividades, com mediações individualizadas e pontuais, porém ajustada às condições individuais do estudante.

Uma vez que, as adaptações significativas visam às mudanças em elementos do currículo: metodologia, conteúdo, avaliação (instrumentos e/ou critérios). As necessidades e possibilidades do sujeito com NEE inserido na escola regular; a funcionalidade dos conteúdos curriculares; a participação da família; o envolvimento de outros profissionais que atendem a pessoa com NEE.

De acordo com González (2002, p. 86) há vários níveis de adaptação curricular:

Adaptação curricular para a escola: deve estar voltado para a totalidade dos alunos da escola; são gerais (não dão respostas individuais), possuem um caráter facilitador dos processos de ensino-aprendizagem; Adaptação curricular para a turma: voltada para um grupo concreto de alunos; Adaptação curricular para o indivíduo: modificações do currículo geral para atender ao sujeito concreto. Adaptações de acesso ao currículo: respondem as necessidades específicas de um grupo de alunos que apresentam dificuldades materiais ou de comunicação; Revisão das condições físico-ambientais (barreiras arquitetônicas), recursos didáticos e mobiliários (mesas e cadeiras adaptadas); Uso de linguagem específica ou complementar: Braille e língua de sinais; Adaptações nos elementos básicos do currículo: ajuste nos elementos centrais da ação educativa; Avaliações: adaptar procedimentos e instrumentos de avaliação; Metodologia: proporcionar estratégias que facilitem o acesso aos objetivos e conteúdos.

No entanto, faz-se necessário que tais adaptações sejam planejadas com mais critérios, sempre tendo como pano de fundo o direito à igualdade de acesso ao conhecimento que todos os alunos têm. Pensando desta forma, estaremos construindo uma prática de educação inclusiva que significa a busca de uma educação de qualidade para todos os educandos, e não o atendimento, em escolas regulares, de educandos com deficiência.

Metodologia

Por entender que a pesquisa qualitativa possui um caráter social, possibilitando ao investigador o entendimento relevante acerca do estudo em questão, adotamos esse tipo de

pesquisa como método a ser desenvolvido neste trabalho. Ludke (1986, p.12) traz que,

O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Percebe-se que, enquanto pesquisador deve-se ter a clareza da necessidade de encontrar e capturar os anseios e as perspectivas dos indivíduos participantes do processo. Vale salientar que os pressupostos sugeridos pela pesquisa qualitativa permitem fazer uma busca subjetiva sobre o assunto. Segundo Minayo (2007, p. 22),

A abordagem ainda aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas.

Faz-se necessário registrar que a pesquisa qualitativa não se detém na busca de dados numéricos, mas procura averiguar pela compreensão da realidade humana, os aspectos da vida social que diferem as ações dos homens. Essa investigação tem como objeto de estudo a importância da formação do professor para a organização das adaptações curriculares na perspectiva da Educação Inclusiva, para tanto, escolheu-se como modalidade da pesquisa qualitativa a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Este estudo se desenvolveu a partir da escolha do tema e, conseqüentemente, foi realizado uma catalogação das fontes bibliográficas, definindo um plano de leitura, onde orientou o trabalho no processo de construção, com leituras, discussões, fichamentos que embasaram e fomentaram a produção do mesmo.

Resultados e discussões

A formação do professor deve ser concebida como contínua, associada à compreensão do desenvolvimento profissional; em outras palavras, formar articula uma variedade de formatos de aprendizagens. É necessário interligar a formação inicial com a continuada que não abarca o termo e o processo de capacitação:

O processo de formação inicial e continuada é um projeto diferenciado, em fases, ao longo de uma finalidade e um estado de desenvolvimento profissional. (GARCIA, 1999, p. 18).

Desta forma, esse processo de formação se integra à reflexão e compreensão clara de mudança, inovação e desenvolvimento curricular estes três aspectos são caracterizadores da melhoria da educação e do ensino, quando objetos de consideração no planejamento e implementação de programas formativos, transformam - se em estratégias para retomadas e reaprendizagens pessoais e institucionais.

Nesse sentido a formação de professores deve ter clara a integração teoria e prática, possibilitando assim formatos de currículos orientados para a ação. Trata-se, no dizer de Garcia, (1999) de haver uma posição sobre o que se compreende como reflexão epistemológica da prática. O paradigma atual da formação de professores considera a prática como fonte de conhecimento, ou seja, a se construir em uma reflexão epistemológica fortalecida como análise e reflexão sobre a própria ação.

Entretanto, urge a necessidade dos processos de formação de professores não serem dissociados do processo de desenvolvimento organizacional da escola. De acordo com Silva (2000) os “centros educativos têm um contexto favorável e precedente para o desenvolvimento profissional dos professores”.

Portanto, planejar um programa para formação de professores exige articulá-lo e integrá-los aos conteúdos acadêmicos e disciplinares. Nesse sentido Garcia, (1999, p. 32) afirma que,

Os fundamentos para uma teoria da formação estariam no conhecimento sobre: desenvolvimento organizacional, inovações curriculares, ensino e aprendizagem e profissionalidade do professor.

Contudo, o eixo são as finalidades da formação, na qual práticas de ensino seria o lócus da aprendizagem, participação e investigação do professor. Deste modo esses componentes podem ser explicitados em conhecimentos: psicopedagógicos, do conteúdo especializado, do contexto permeando num todo de saberes, competências e atitudes face a diversidade cultural.

Deste modo, quando se trata da inclusão, deve-se considerar aspectos ligados a formação do professor, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial. Conforme já destacava Piaget (1984, p. 62)

(...) a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for à mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado. Ora esse assunto apresenta dois aspectos. Em primeiro lugar, existe o problema social da valorização ou da revalorização do corpo docente primário e secundário, a cujos serviços não são atribuídos o devido valor pela opinião pública, donde o desinteresse e a penúria que se apoderaram dessas profissões e que constituem um dos maiores perigos para o progresso, e mesmo para a sobrevivência de nossas civilizações doentes. A seguir, existe a formação intelectual e moral do corpo docente, problema muito difícil, pois quanto melhores são os métodos preconizados para o ensino mais penoso se tornam o ofício do professor, que a pressupõe não só o nível de uma elite do ponto de vista dos conhecimentos do aluno e das matérias como também uma verdadeira vocação para o exercício da profissão. Para esses dois problemas existem uma única e idêntica solução racional: uma

formação universitária completa para os mestres de todos os níveis (pois quanto mais jovens são os alunos, maiores dificuldades assumem o ensino, se levado a sério).

Os três elementos apontados por Perrenoud (2001), se constituem em aspectos fundamentais para a construção de profissionais que assumam a tarefa de desbravar e abrir novos caminhos, construindo com isso uma autonomia individual e liderança na gestão de sala de aula. Na condição de profissionais reflexivos, as receitas prontas não são mais adequadas e sim as habilidades para identificar, definir, projetar, avaliar os desafios.

Haja vista que, para trabalhar com alunos que apresentam diferentes níveis de desempenho já se faz necessário desenvolver essas habilidades, mais importante ainda será essas características diante das necessidades especiais dos alunos incluídos. A responsabilidade começa com a compreensão de que é necessário estar em permanente processo de aprendizagem e interação com outros profissionais para conseguir desenvolver as competências docentes necessárias na contemporaneidade.

Se considerarmos ainda, que a formação inicial perdeu sua característica de processo extenso, complexo e valorizado para se converter em uma atividade parcial, simplificada, desarticulada e que ao longo das últimas décadas foi sendo gradativamente desvalorizada, pode-se vislumbrar o enorme desafio que a tarefa se impõe. Nesse aspecto, a Educação como essência do trabalho escolar, se apresenta como elemento fundamental no processo de desenvolvimento de potencialidades que poderão contribuir para uma resignificação da condição humana dos portadores de necessidades educativas especiais.

Bueno (1999), assinala que um ensino de qualidade para crianças com necessidades especiais, na perspectiva de uma educação inclusiva, envolve pelo menos, dois tipos de formação profissional docente: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática sobre alunado diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes “necessidades educacionais especiais”, quer seja para atendimento a essa população, quer seja para apoio ao trabalho realizado pelos profissionais de classes regulares que integrem esses alunos.

O professor especializado precisa participar de todas as ações, opinando e discutindo com o professor do ensino regular e colaborando em todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação. Desta forma, ambos terão oportunidade de socializar o seu saber específico e junto aos outros profissionais da equipe contribuir para a melhoria da qualidade do ensino oferecido.

A integração de professores generalistas e especialistas com outros profissionais

como: pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, intérpretes de língua de sinais e assistentes sociais, levaria a capacitação dessa equipe colaborativa em serviço, e contribuiria para uma mudança na qualidade da escola inclusiva. Além dessa integração entre pares, não se pode deixar de destacar a importância de tanto professores quanto gestores em relação aos equipamentos e tecnologias assistivas, que são aquelas necessárias para facilitar o processo de inclusão de alunos com deficiência.

Considerações Finais

A formação docente deve ocorrer com aperfeiçoamento da ação pedagógica com cursos técnicos, teóricos, voltados para dinamização da prática, porém não deve ser levado por modismos e nem por atitudes instantâneas, que não estão adequados aos esquemas cognitivos de seus alunos. As Adaptações Curriculares, então, são os ajustes e modificações que devem ser promovidos nas diferentes instâncias curriculares, para responder às necessidades de cada aluno, e assim favorecer as condições que lhe são necessárias para que se efetive o máximo possível de aprendizagem.

Para esclarecimento desta problemática Pimenta (2004, p. 112), enfatiza sobre,

A habilidade que o professor deve desenvolver e saber lançar mão adequadamente das técnicas conforme as diversas e diferentes situações em que o ensino ocorre o que necessariamente implica a criação de novas técnicas.

Esses equívocos da prática docente é que tem servido de base para várias pesquisas da profissionalização da prática educativa, no tocante a compromisso do ser professor com responsabilidade da sua ação que de uma forma ou de outra não se configura na neutralidade. O professor educa até mesmo no ato de se silenciar, o seu exemplo é referencial para seus educandos, por ser um sujeito politizado toda a sua ação é um ato político nas suas escolhas, e tomadas de decisões.

Repensar criticamente sobre a realidade da viabilização da prática docente investigativa como um ser aprendiz e incansável aperfeiçoador de si mesmo são eixos importantes quando se busca a qualidade da formação de uma sociedade, ficando para trás todo um seguimento de reprodução social.

Deste modo, para além da formação do professor, as adaptações curriculares são providências políticas, administrativas, técnicas e tecnológicas que devem ser implementadas para atender às de alunos com NEE necessidades educacionais especiais, de forma a favorecer lhes o acesso ao conhecimento e seu uso funcional, na administração de sua própria vida, e no

processo de transformação da sociedade.

Preparar a geração para aprender a aprender, é o novo paradigma da educação, este é um saber emergente da nova cultura de aprendizagem, em virtude das variadas associações para aquisição de conhecimentos, constantes e diferentes formas de aprender que surgem na sociedade atual, a inter, a trans e a multidisciplinaridade, que fazem conexões com os saberes advindos da realidade do sujeito, oportunizando aprendizagens significativas. A articulação dos procedimentos metodológicos propicia a sistematização de saberes, pela necessidade de buscar novas alternativas capazes de enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, com valorização da cultura, como instrumento de apropriação do saber coletivo.

É neste sentido que a transversalidade como prática pedagógica tem sido o ideal das ações pedagógicas, como alternativa de abranger as discussões sobre o tema a elaboração de um currículo que prioriza uma educação global e inclusiva que parte do reconhecimento do princípio teórico que tem como objetivo transpor as barreiras da educação tradicional, convencional, com resquícios positivistas, com bases nas instituições remanescentes do século XIX, e caminhar em busca de um ensino sobre o contexto histórico contemporâneo, visto que sua premissa é estudar o presente, a realidade social.

A postura do professor ao desenvolver a habilidade do educando com NEE, de pensar reflexivamente diante de uma realidade, que cada vez mais está priorizando o capital humano, é sem dúvida fazer troca de experiências e idéias, removendo às práticas da escola tradicional que exclui e reprovam os que não se adaptam a ela, fragmentada e desvinculada da realidade social, na busca de uma escola significativa.

Esta experiência nos remete a pensar em que tipo de ensino é o que queremos, para não repetirmos a mesma história, de uma educação manejada por grupos hegemônicos, arma poderosa de difusão de ideologias capitalistas tendo como produto a desigualdade social, imperando a relação de poder de dominantes e dominados. Por isso a importância de formar sujeitos autônomos capazes de conhecer, e interagir no mundo global.

É coerente deixar explícito, que não compete exclusivamente à Educação o papel transformador da sociedade, a grande mártir da mudança ou da revolução, mas incide que pensar na educação de qualidade e significação, é refletir com urgência sobre a forma de promovê-la com as formas de comunicabilidade legitimadas da sociedade atual, a inclusão de pessoas com NEE, em detrimento de um ensino global e totalitário refletindo sobre o social, criando possibilidades de participação ativa.

Refletindo sobre o rompimento necessário de um ensino reprodutor, por possibilidades

de melhores condições de existência humana, são visíveis alguns desencontros em natureza de transformação, ou seja, abertura para o novo. Tais como: distribuição desigual das oportunidades de acesso, como também inadequação da escola ante os desafios concretos, incapacidade de ajustar as instituições educacionais às diferentes funções psicoculturais e socioeconômicas que elas devem preencher e de criar um sistema educacional suficientemente diferenciado e flexível, eficaz, correspondendo ordenadamente, à diversidade, à quantidade e ao ritmo voraz de incremento das necessidades escolares.

Não se pode mais permitir que o ensino continue na superficialidade do contexto mundial do presente, aguardando mudanças vindouras sem participação, sendo encaminhados como marionetes sociais. É preciso repensar em um ensino que funcione em sua multidimensionalidades, só assim obterá um divórcio do método positivista analítico dedutivo-indutivo, gerados pela educação tradicional. Muitas práticas e teorias tradicionais contribuíram para um ensino conteudistas, onde o aluno era obrigado a negar suas essências culturais, sociais, em prol da valorização de outras, que eram selecionadas e transmitidas como verdades incontestáveis.

Portanto, o professor com uma postura consciente, ou seja, autônoma, deve abandonar práticas bancárias de educação, pensar e agir com uma epistemologia fundamentada no processo de aprendizagem do sujeito, o qual é dinâmico, contínuo, visando significações quanto ao fazer pedagógico com os processos de inclusão em sua formação continuada, objetivando uma educação formadora de cidadãos críticos, reflexivos e autônomos, comprometidos com a sociedade de seu tempo.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**/Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília, 1999;

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas?** Revista Brasileira de educação especial, 1999;

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. Aspectos de Intervenção na Área da Educação Física Escolar e a Política Inclusiva. In: Maria Luisa Sprovieri Ribeiro (Org.). **Educação Especial do Querer ao Fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003;

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de Professores – Para uma Mudança Educativa**. Lisboa, Porto Editora, 1999;

GLAT, Rosana. **Inclusão Escolar**. Texto publicado nos anais do XI Congresso Nacional da Fenasp, p. 221-228, Niterói/RJ, 2006. ISBN 85-87560 -12-3. http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/anais_pestalozzi.pdf (Acesso em 01/03/2018);

GONZÁLEZ, José Antonio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002;

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, E.P.U., 1986;

MARTINS, Fernando José. Formação de professores e lutas de classes. In: Paulino José Orso (Org.). **Educação e Lutas de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008;

MINAYO, M. C. De S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo, 2007;

PERRENOUD, Philippe. **A Pedagogia na Escola das Diferenças. Fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed. 2001;

PIAGET, Jean. **Para Onde Vai a Educação?** Rio de Janeiro: Cortez, 1984;

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004;

PIMENTEL, Susana Couto. **As Práticas pedagógicas na atenção às necessidades educativas especiais dos alunos: uma análise a partir das teorias do currículo**. In: Marilda Carneiro Santos (Org.). **Educação Inclusiva em Foco**. Feira de Santana: UEFS, 2006;

_____. **O currículo para a Pessoa com Deficiência Mental na Escola Regular**. Educação Inclusiva em Foco. Feira de Santana: UEFS, 2009;

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **Necessidades na Formação dos Professores de Educação Especial**. Tese de Doutorado. São Paulo, FEUSP, 2000.